

APRESENTAÇÃO

Políticas de educação básica no Brasil

Paulo Gomes Lima – UFSCar-Sorocaba*

A Revista Ensaios Pedagógicos, vol.1, n.2 em cumprimento de seu escopo disponibiliza à academia e à sociedade como um todo o resultado do trabalho de alguns acadêmicos que hoje, inaugurados autores, é trazido ao domínio público como parte da missão da Universidade Federal de São Carlos em integrar a pós-graduação com a graduação, não somente de forma interna, mas como canal de interlocução com programas do Brasil e do exterior.

De forma específica, as políticas de educação básica no Brasil tem sido pauta de muitas discussões nos últimos dez anos, o que deve mobilizar a universidade e a sociedade na discussão de sua missão e papel, quando no contexto do mundo laboral, as mesmas não se dão por acaso e muito menos são fruto de ações humanitárias de parlamentares de plantão. Ao todo temos 8 (oito) textos passados ao crivo de pareceristas que iniciam uma conversa sobre as políticas de educação básica no Brasil, as faces e interfaces e o que pode se esperar em nível de projeção para o futuro.

O primeiro texto do acadêmico Heitor Henrique Faustino apresenta um panorama sobre a violência nas escolas e o papel das políticas públicas. Para o autor, a violência caracteriza-se por ser construída de forma social e histórica, tornando-se com isso um fenômeno complexo e de grandes proporções. Presente em muitas instituições, a violência também está dentro das escolas. A violência escolar no Brasil começa a ser fortemente estudada a partir da década de 1980, condicionando a criação de ações interventivas. Este artigo possui como objetivo expor conceituações e recortes metodológicos feitos sobre a violência escolar e discutir sobre algumas propostas de intervenção. Pode-se compreender que as iniciativas realizadas pelos governos caracterizam-se por serem ações fragmentadas e descontinuadas fato que torna difícil a desconstrução de uma cultura de violência dentro das escolas, bem como a realização de pesquisas de avaliação do impacto dessas políticas e desses programas no cotidiano escolar, porém, cabe apontar que, estudos já realizados indicam que há um impacto positivo na diminuição dos índices de violência escolar onde tais políticas e programas foram implementados.

Mateus Nascimento, Mariana Amaral Barros Batista e Micheli Keila Santos Pereira discutem a questão do direito da criança no acesso à creche. A finalidade do artigo é a de finalidade analisar os parâmetros do município de Sorocaba para o ingresso das crianças de 0 a 3 anos nas creches, numa perspectiva do direito à educação infantil que são garantidos pela legislação, para fins desse estudo sob o foco do Decreto Nº 23.246, de 14 de novembro de 2017 que dispõe sobre os critérios da inscrição e da classificação nas creches.

Julia Galvani Hawthorne, a partir da medida provisória n.746/2016, traz à tona a reforma do ensino médio e as razões para o interesse de sua implementação. Para Júlia essa reforma prevê a alteração do currículo e da carga horária desta etapa de ensino, visando diminuir a evasão escolar e aumentar o interesse dos jovens pelas aulas, já que poderão definir logo no primeiro ano do Ensino Médio sua área de interesse, podendo se aprofundar mais nesta área. Este artigo traz uma breve análise sobre as reais motivações de se investir numa reforma tão urgente, trazendo à reflexão o que o governo espera da escola pública e da escola particular e os reais motivos que levaram o novo governo a estabelecer tão rapidamente as novas regras para o Ensino Médio.

O quarto texto de autoria de Claudineia Martins da Silva Leite, Dayane Prado Paschoal Costa e Paulete Zilli Silveira de Salles intitulado "Expectativas dos pais em relação ao ensino fundamental de nove anos", traz uma reflexão sobre as mudanças nas políticas educacionais e suas consequências, à luz da pesquisa sobre a alteração do Ensino Fundamental de oito para nove anos e a antecipação da matrícula para crianças de seis anos. Foi realizada pesquisa bibliográfica, embasada em diversos autores que estudam o assunto e também realizada pesquisa de campo através de entrevistas com pais de alunos, para a coleta de informações e opiniões destes sobre sua expectativa a respeito do estudo de seus filhos. O artigo também discorre sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996, a Lei nº 11.274/2006, as orientações gerais do MEC sobre o Ensino Fundamental de Nove Anos e suas expectativas sobre tais mudanças para a vida escolar das crianças brasileiras. Em todo

*Editor responsável. Docente do PPGED e do Departamento de Ciências Humanas e Educação. E-mail: paulolima@ufscar.br

o momento da pesquisa, fica evidente que a presença e a parceria das famílias junto à escola são o motivo principal do sucesso escolar.

Ana Carolina de Melo Silva centra o seu foco nas políticas públicas de educação e a educação de jovens e adultos no Brasil. O artigo objetiva debate as Políticas Educacionais dirigidas à Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Parte-se de marcos históricos e legais, a começar pelo surgimento dessa modalidade de educação no Brasil até os dias atuais, ressaltando-se as transformações socioculturais, econômicas e políticas que a EJA sofreu em todo o contexto histórico. Concluímos entendendo que as necessidades e especificidades de cidadãos excluídos historicamente e que ainda luta para além da alfabetização, ainda é uma questão recorrente, solicitando o desenvolvimento da consciência crítica e da prática social dos que entendem que a educação transforma e possibilita olhar para além do imediato.

A educação infantil e currículo é tema das acadêmicas Hilary Machado da Silva, Jin Kyong Karina Sampaio e Sabrina Ribeiro da Silva de Araújo. A partir de uma análise crítica e reflexiva da resolução n.5/2009 das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, buscam as autoras compreender o impacto desse documento na prática educativa cotidiana da Educação Infantil, assim como os conceitos e direcionamentos ali estabelecidos para nortear a ação pedagógica e a elaboração de políticas públicas educacionais. Objetiva-se ainda, revisitar a construção histórica da concepção de termos fundamentais para esse debate como o conceito de criança, currículo e educação infantil ao longo do tempo e na atualidade, de forma que possibilite ao leitor um olhar para o passado, uma reflexão sobre os limites e avanços presentes e, por fim, as possibilidades e desafios a serem enfrentados para o futuro dessa primeira etapa da Educação Básica.

Uma análise sobre a estagnação da aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil, texto escrito pelos acadêmicos Camila Santana de Almeida, Jefferson Roberto de Carvalho e Júlia Beranek Meneghel é resultado de uma análise das concepções sobre a estagnação da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. De natureza qualitativa, busca explicar de maneira sucinta e crítica um viés sobre a Avaliação da Aprendizagem Escolar, dando fundamento ao Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa. Os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) foram devidamente analisados e avaliados, visando uma reflexão sobre sua evolução entre três edições da prova e verificando quais atitudes o Ministério da Educação e Cultura está buscando para melhorar o quadro educação brasileira no primeiro ciclo de alfabetização. Percebemos que maiores inversões e centralidade na busca pela qualidade educacional são urgentes e recorrentes.

Júlia Braga Rodolfo de Souza, Marina Augusta de Jesus Silva Brasil e Vitória Evelin Pignatari Nakadaki, no texto que fecha o dossiê, "Desvalorização docente no contexto brasileiro: entre políticas e dilemas sociais" busca compreender a origem da baixa remuneração salarial docente no país, de forma a analisar as consequências múltiplas do descaso social enfrentado, seus reflexos no âmbito pessoal e profissional em meio a um cenário de políticas públicas estagnadas em sua efetividade. O olhar social e a influência deste na escolha pelo magistério, no ingresso e permanência na área educacional serão também objeto de análise. Nesse parâmetro e a partir da Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, que visa valorizar os professores por meio da equiparação de seu rendimento médio com o dos demais profissionais de mesma escolaridade, serão confrontados as necessidades e os desafios no contexto desta meta, visto que não basta estabelecer estratégias de ação, é preciso um acerto estrutural de contas em nível econômico, social e político frente às demandas do atual professor brasileiro.

O número também conta com uma resenha da mestranda em educação pela Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, Jociane Marthendal Oliveira Santos.

Esperamos que a abertura ao espaço de discussão sobre as políticas de educação básica no Brasil, materializada nesse vol.1, n.2 de Ensaio Pedagógicos, possa ser ampliada e ainda mais que possa ser desdobrada em ações para a construção da realidade que se deseja no enfrentamento dos interesses do capital. Boa leitura a todos.